

**CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGO EFETIVO E CADASTRO
DE RESERVA DA GUARDA CIVIL MUNICIPAL DE FRONTEIRA DE BONFIM
CONCURSO PÚBLICO 001/2019
EDITAL Nº 001**

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE BONFIM/RR**, através da Secretaria Municipal de Administração, torna pública a realização do Concurso Público, regido por este Edital e sob a organização e execução da empresa Norte Tech Consultoria e Seleções - NTCS, destinado ao provimento de 21 (vinte e uma) vagas no quadro de servidores efetivos da Guarda Civil Municipal de Fronteira de Bonfim, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. O Concurso Público destina-se ao preenchimento de 21 (vinte e uma) vagas, de acordo com as condições e especialidades previstas neste edital, seus anexos e eventuais retificações, no quadro de servidores efetivos da Guarda Civil Municipal de Fronteira de Bonfim, sendo 17 (dezesete) vagas destinadas ao grupo do sexo masculino, e 04 (quatro) vagas ao grupo do sexo feminino, mais Cadastro de Reserva – CR, como previstas neste edital.

1.2. Compete à Prefeitura Municipal de Bonfim/RR, por meio da Comissão Especial de Concurso Público, o acompanhamento e fiscalização de todo o processo e realização do Concurso Público.

1.3. O prazo de validade do presente Concurso Público é de 2 (dois) anos, a contar da data da publicação da homologação de seu resultado final, podendo ser prorrogado, uma vez, por igual período.

1.4. Os candidatos empossados estarão subordinados ao Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Bonfim, Lei Municipal nº 50/2003 de 17 de junho de 2003 e suas alterações, e à Lei Municipal nº 290/2018, de 2 de maio de 2018, que trata do Plano de Cargos, Carreira e Remunerações dos Servidores Públicos Efetivos do Quadro Geral de Pessoal da Prefeitura Municipal de Bonfim. (PCCR).

1.5. O inteiro teor do edital estará disponível no link Concursos do site www.ntcs.com.br, sendo de responsabilidade exclusiva do candidato a inserção de seus dados cadastrais, informados no ato de inscrição, o acompanhamento e obtenção dos demais editais no site da organizadora.

1.6. Para todos os efeitos deste Edital, deverá ser considerado o horário local do Estado de Roraima.

1.7. Para ingresso no cargo de Guarda Municipal, o(a) candidato(a) deverá possuir escolaridade de Nível Médio Completo.

1.8. O Concurso público dar-se-á em duas fases. A primeira com 05 (três) etapas e a segunda com 02 (duas) etapas.

2. DAS VAGAS, DA CARGA HORÁRIA, DAS ATIVIDADES E DA REMUNERAÇÃO RELATIVA AO CARGO

2.1. O Concurso Público destina-se o provimento de 21 (vinte e uma) vagas, mais cadastro de reserva, para o cargo efetivo de nível médio, Guarda Civil Municipal de Fronteira de Bonfim-RR, conforme quantitativos indicados no Anexo I.

2.2. Por cadastro de reserva, entende-se o conjunto de candidatos classificados fora das vagas de provimento imediato e relacionados na listagem que contém o resultado



final do Concurso Público. O cadastro de reserva somente será aproveitado mediante a análise da oportunidade e conveniência da administração pública, observado o prazo de validade referenciado no item 1.3, do presente Edital.

2.3. A jornada de trabalho será de 40 horas semanais em cumprimento de horário sujeito a plantões noturnos e outros similares, observadas, sempre, as peculiaridades do serviço.

2.4. É admitido o regime de escala de plantões, de doze horas de trabalho por trinta e seis horas de descanso, necessário ao desenvolvimento ininterrupto das atividades que necessitam de servidores de plantão.

2.5. No termo de lotação do servidor constará a jornada normal de trabalho de 40 horas semanais ou o regime de escala de plantões, de doze horas de trabalho por trinta e seis horas de descanso, conforme as exigências e peculiaridades do serviço.

2.6. As atividades, remunerações, vagas e atribuições encontram-se nos Anexos I e II.

2.7. A remuneração mensal será de R\$ 1.120,00 (mil cento e vinte Reais), que constitui o salário básico, mais 10% a título de adicional de risco de vida, sob o salário básico, e mais 20% a título de adicional noturno, sob o salário básico

GUARDA CIVIL MUNICIPAL DE FRONTEIRA DE BONFIM				
CARGA HORÁRIA	LOCAL DE ATUAÇÃO	LIMITE DE IDADE	21 VAGAS + CADASTRO DE RESERVA (CR)	
40 Horas Semanais	Bonfim/Sede e Interior do Município	De 18 a 40 anos	17 Sexo Masculino + CR	04 Sexo Feminino + CR
REMUNERAÇÃO MENSAL: R\$ 1.120,00 (mil cento e vinte Reais) (salário básico), + 10% a título de adicional de risco de vida, sob o salário básico + 20% a título de adicional noturno, sob o salário básico.				

2.8. O Adicional de Risco de Vida é devido ao Guarda Civil Municipal desde que em efetivo exercício das atribuições do cargo, na Categoria Ostensiva, em conformidade com a Lei Municipal nº 242/2016, de 15 de abril de 2016.

2.9. O Adicional Noturno é devido ao Guarda Civil Municipal desde que em efetivo exercício das atribuições do cargo, lotado na jornada de trabalho sob regime de escala de plantão, em conformidade com a Lei Municipal nº 242/2016, de 15 de abril de 2016.

2.10. O Concurso Público para os cargos de que trata este Edital será realizado em 02 (duas) Etapas assim compostas:

1ª ETAPA:

1ª Fase: Prova objetiva de conhecimentos, de caráter eliminatório e classificatório, composta de questões de múltipla escolha, de acordo com o conteúdo programático a ser indicado no Edital.

2ª Fase: Teste de Aptidão Física (exigência de atestado médico comprovando boas condições de saúde para execução), de caráter eliminatório.

3ª Fase: Avaliação psicológica, de caráter eliminatório.

4ª Fase: Apresentação de Exames Médicos (com exigência de toxicológico), com avaliação pela Banca, de caráter eliminatório.

5ª Fase: Investigação Social, de caráter eliminatório.

2ª ETAPA:

1ª Fase: Fase teórica e prática do Curso de Formação Profissional (Academia de Polícia Integrada Coronel Santiago APICS), de caráter eliminatório e classificatório com duração de 640 (seiscentas e quarenta) horas;

2.11. Serão classificados na primeira fase da 1ª Etapa 84 (oitenta e quatro) candidatos, sendo 68 (sessenta e oito) do grupo sexo masculino e 16 (dezesesseis) do grupo sexo feminino.

2.12. As atribuições, cargas horárias e requisitos para investidura nos cargos estão indicados nos Anexos I e II;

2.13. O conteúdo Programático das Provas está indicado no Anexo V.

3. DAS INSCRIÇÕES

3.1. **Período: de 17 de setembro a 18 de outubro de 2019.**

3.2. Será admitida a inscrição somente via internet, no endereço eletrônico www.ntcs.com.br, solicitada no período entre 08 horas do dia 17 de setembro de 2019 até o dia 18 de outubro de 2019, às 22 horas;

3.3. Antes de efetuar a inscrição, o candidato deverá conhecer o edital e certificar-se de que preenche todos os requisitos exigidos;

3.4. Ao preencher o formulário de inscrição *online*, o candidato deverá optar pela especialidade e o cargo a que deseja concorrer, vedada qualquer alteração posterior, sendo responsabilidade do candidato a verificação com cautela ao cargo, horário de prova e local de realização da prova;

3.5. O candidato deverá observar o horário das provas, de forma a evitar conflitos de horários com outras provas de outros Editais;

3.6. A inscrição efetuada somente será efetivada após a comprovação de pagamento da taxa de inscrição;

3.7. Não serão fornecidas, por telefone ou verbalmente, informações a respeito de datas, locais e horários de realização das provas ou de quaisquer outras informações que constem no presente Edital, sendo de responsabilidade do candidato o conhecimento das normas aqui estabelecidas;

3.8. O Original do Comprovante de pagamento de inscrição deverá ser mantido em poder do(a) candidato(a) e apresentado no local de realização das provas, se/ou quando solicitado.

3.9. O Candidato deverá analisar com atenção, as informações inseridas no formulário de inscrição e os dados gravados e apresentados pelo sistema, e solicitar as retificações e convalidações, se necessário, antes do término das inscrições, estabelecidas no Anexo IV do cronograma do concurso;

3.10. Poderão ser retificadas, exclusivamente, as seguintes informações apresentadas no Cartão Informativo, antes do término das inscrições: Nome, data de nascimento, número de CPF, número de identidade, tipo de documento de identidade, órgão expedidor, sexo, números do DDD e telefone; endereço, número da residência/domicílio, complemento de endereço, número de CEP, bairro, Município e Estado;

3.11. Transcorrido o prazo a que se refere o item 3.13 sem qualquer manifestação do(a) candidato(a), este assumirá a responsabilidade por todas as informações apresentadas no Cartão Informativo, que serão automática, irrestrita e tacitamente convalidadas, correspondendo à real intenção do(a) candidato(a), não podendo sofrer alteração;

3.12. Não serão aceitas as retificações das informações que visem à transferência da inscrição para terceiros, ou que pretendam burlar quaisquer normas ou condições previstas neste Edital;

3.13. Os pedidos de retificação das informações de inscrição serão analisados pela organizadora do Concurso, aplicando-se as normas deste Edital e o ordenamento jurídico vigente.

3.14. A Instituição organizadora do Concurso não se responsabilizará por solicitação de inscrição não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores, de falhas de comunicação, de congestionamento das linhas de comunicação, por erro ou atraso dos bancos ou entidades conveniadas no que se refere ao processamento do pagamento da taxa de inscrição, bem como por outros fatores que impossibilitem a transferência de dados;

3.15. O candidato poderá efetuar o pagamento da taxa de inscrição por meio de Boleto Bancário;

3.16. O pagamento da taxa de inscrição deverá ser efetuado até o dia 19 de outubro de 2019. Após esta data a inscrição será considerada inválida, caso o Boleto da inscrição não tenha sido pago;

3.17. Em hipótese alguma, haverá devolução do valor referente ao pagamento da taxa de inscrição ou sua isenção, salvo em caso de cancelamento do certame por conveniência da Administração Pública;

3.18. É vedada a transferência do valor pago a título de taxa para terceiros, para outros concursos ou para outro cargo;

3.19. A efetivação da inscrição implica no aceite tácito das condições fixadas no presente Edital para a realização do Concurso, não podendo o candidato, sob hipótese alguma, alegar desconhecimento das normas estabelecidas;

3.20. O pagamento da taxa de inscrição deverá ser efetuado até a data estabelecida **no Anexo IV**;

3.21. As solicitações de inscrição serão acatadas após a comprovação, pelo banco, do pagamento da respectiva taxa;

3.22. Será indeferida a inscrição do candidato que:

- a) não recolher o pagamento da taxa de inscrição;
- b) prestar informações inverídicas quando do preenchimento da ficha de inscrição;
- c) omitir dados ou preencher incorretamente a ficha de inscrição e não corrigi-la no prazo estabelecido no item 3.9.

3.23. Contra o indeferimento da inscrição, caberá recurso no prazo estipulado no Anexo IV.

3.24. Das Inscrições de candidatos portadores de necessidades especiais:

3.24.1. Haverá reserva de vagas para pessoas com deficiência, respeitadas as condições de seleção, tendo em vista a natureza do cargo, a habilitação técnica e os critérios previstos neste Edital;

3.24.2. Para 21 (vinte e uma) vagas + CR, do cargo de Guarda Municipal Prefeitura Municipal de Bonfim-RR, 5% (cinco por cento) das vagas serão reservadas para pessoas com deficiência, na forma do Artigo 37, inciso VIII, da Constituição Federal;

3.24.3. Serão consideradas pessoas com deficiência aquelas que se enquadrem no art. 2º da Lei nº 13.146, de 2015, e nas categorias discriminadas no artigo 4º do Decreto nº 3.298, de 1999, com as alterações introduzidas pelo Decreto nº 5.296, de 02 de dezembro de 2004, e alterações, no §§ 1º e 2º do artigo 1º da Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012 (Transtorno do Espectro Autista), e as contempladas pelo enunciado da Súmula nº 377 do Superior Tribunal de Justiça (STJ) (“O portador de visão monocular tem direito de concorrer, em concurso público, às vagas reservadas aos deficientes”), observados os dispositivos da Convenção sobre os Direitos da Pessoa com deficiência e seu Protocolo Facultativo, ratificados pelo Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009;

3.24.4. Para concorrer a uma das vagas reservadas, o candidato deverá no ato da inscrição, declarar-se Portador de Necessidades Especiais/com deficiência;



- 3.24.5. Enviar para o e-mail concursobonfim@ntcs.com.br, com anexo no formato PDF, com imagem de forma legível do RG, CPF, e cópia autenticada em cartório de registro do laudo médico atestando a deficiência, emitido nos últimos 12 meses, atestar a espécie e o grau ou nível de sua deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças (CID-10), bem como a provável causa da deficiência, contendo a assinatura e o carimbo do médico com o número de sua inscrição no Conselho Regional de Medicina (CRM);
- 3.24.6. Apenas o envio do laudo/documento não é suficiente para o candidato concorrer a uma das vagas reservadas aos candidatos com deficiência;
- 3.24.7. O laudo médico (cópia autenticada em cartório) e a cópia simples do CPF terão validade somente para este concurso público e não serão devolvidos, assim como não serão fornecidas cópias dessa documentação;
- 3.24.8. O candidato poderá interpor recurso e verificar, enviando para o email concursobonfim@ntcs.com.br qual(is) pendência(s) resultou(aram) no indeferimento de sua solicitação para concorrer na condição de pessoa com deficiência, em data e em horários a serem informados na ocasião da divulgação da relação provisória dos candidatos que tiveram a inscrição deferida para concorrer na condição de pessoa com deficiência;
- 3.24.9. Caso seja necessário, será garantido um local de prova acessível ao candidato Portador de Necessidades Especiais/deficiência, com acompanhamento de um dos membros da equipe responsável pela aplicação das provas do concurso, devidamente orientado sobre o tratamento a ser dispensado ao candidato, de modo a evitar constrangimentos;
- 3.24.10. Os candidatos considerados pessoas Portadoras de Necessidades Especiais, se aprovados e classificados, além de figurarem na Lista Geral de Classificação, terão seus nomes publicados em Lista separada;
- 3.24.11. Para os efeitos de observância da proporcionalidade e alternância no que concerne à convocação dos candidatos constantes da Lista Geral de Classificação e da lista de Candidatos Portadores de Necessidades Especiais, será obedecida a ordem de classificação da primeira e da segunda lista, ressaltando que no caso de um candidato portador de deficiência já ter sido convocado na Lista Geral de Classificação, este não mais será computado na lista de deficiência, devendo ser convocado outro candidato da segunda lista, para a devida observância da convocação alternada e proporcional;
- 3.24.12. O(A) candidato(a) que desejar concorrer às vagas reservadas para pessoas com deficiência deverá, no ato de inscrição, declarar a sua condição, a espécie e o grau de deficiência, com expressa referência ao código da Classificação Internacional de Doenças - CID (OPAS/OMS), sob pena de não concorrer às vagas reservadas;
- 3.24.13. Os candidatos que se declararem pessoas com deficiência, de que trata o subitem anterior, participarão do certame em igualdade de condições com os demais candidatos, quanto ao conteúdo, local e horário de início das provas, avaliação e critérios de aprovação em todas as fases e etapas do concurso, incluindo o Exame de Aptidão Física, a avaliação psicológica, o exame médico, o Curso de Formação e todas as demais normas pertinentes;
- 3.24.14. Não havendo candidatos aprovados e classificados para a vaga reservada às pessoas Portadoras de Necessidades Especiais, a mesma será ocupada por outro candidato aprovado e classificado da lista geral do grupo masculino;
- 3.24.15. A aprovação e classificação do(a) candidato(a) não garante a ocupação da vaga reservada às pessoas com deficiência, devendo ainda submeter-se à Perícia Médica que será promovida pelo município de Bonfim entidade por ele credenciada;
- 3.24.16. O(A) candidato(a) que concorrer às vagas de pessoas com deficiência, após a investidura no cargo, não poderá arguir a condição de deficiente para justificar a concessão de licença, readaptação, aposentadoria por invalidez, ou ainda quaisquer tratamentos diferenciados, ressalvados os eventuais casos em que ocorrer o agravamento da deficiência;
- 3.25. Os candidatos serão classificados em ordem decrescente de classificação.

3.26. O(A) candidato(a) que não declarar no ato de inscrição ser pessoa com deficiência ficará impedido de concorrer às vagas reservadas, porém disputará as vagas de classificação geral.

4. VALOR DA TAXA DE INSCRIÇÃO

O valor da taxa de inscrição será de R\$ 130,00 (cento e trinta Reais).

5. DOS REQUISITOS PARA INVESTIDURA NO CARGO

5.1. Ter sido aprovado e classificado no concurso público, na forma estabelecida neste Edital, em seus anexos e eventuais retificações;

5.2. Ter nacionalidade brasileira e, no caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo Estatuto de Igualdade entre Brasileiros e Portugueses, com reconhecimento do gozo dos direitos políticos, nos termos do parágrafo 1º do Art. 12 da Constituição Federal;

5.3. Ter idade mínima de 18 (dezoito) anos e máxima de 40 anos no ato da posse;

5.4. Estar quite com as obrigações militares (em caso de candidato do sexo masculino);

5.5. Estar quite com as obrigações eleitorais;

5.6. Possuir escolaridade mínima de ensino médio completo, reconhecida nos moldes da legislação federal, exigido para o cargo no ato da posse;

5.7. Não possuir antecedentes criminais;

5.8. Estar em gozo de seus direitos civis e políticos;

5.9. Apresentar diploma ou certificado com histórico escolar, devidamente registrado, de conclusão de curso, conforme requisito do cargo, fornecido por instituição de ensino reconhecida pelo Ministério da Educação, comprovado através da apresentação de original e cópia do respectivo documento.

5.10. Ter conduta civil compatível com o cargo de Guarda Municipal, devidamente verificado em investigação social;

5.11. Possuir altura mínima de 1,60 m (um metro e sessenta centímetros) para homens e altura mínima de 1,55 m (um metro e cinquenta e cinco centímetros) para mulheres.

5.12. Estar apto, física e mentalmente, não apresentando deficiência que o incapacite para o exercício das funções do cargo, fato apurado pela Perícia Médica Oficial a ser designada;

5.13. Para o cargo de Guarda Civil Municipal de Fronteira de Bonfim é necessário obrigatoriamente possuir carteira nacional de habilitação AB;

5.14. Não acumular cargos, empregos ou funções públicas, salvo nos casos constitucionalmente admitidos;

5.15. Apresentar declaração de bens, incluindo os dos dependentes;

5.16. Ter sido aprovado em todas as etapas do concurso;

5.17. Apresentar declaração negativa de antecedentes criminais Municipais e Estaduais do local onde reside e ainda Federal;

5.18. Possuir os pré-requisitos exigidos para o cargo, conforme discriminado neste Edital e no §3º, do Artigo 8º, da Lei Municipal nº 242/2016, que dispõe sobre a criação da Guarda Civil de Bonfim;

5.19. Anular-se-ão sumariamente as inscrições e todos os atos dela decorrentes, inclusive sua habilitação e a classificação do candidato que não comprovar, no ato da nomeação, o preenchimento de todos os requisitos exigidos neste Edital e outros que lhe forem solicitados.

6. DAS ETAPAS DO CONCURSO

1ª ETAPA:

6.1. DA PRIMEIRA FASE DA 1ª ETAPA DO CONCURSO – PROVA DE CONHECIMENTOS

6.1.1. A prova de Conhecimentos constante da Primeira Fase da 1ª Etapa do Concurso consistirá de prova escrita objetiva e terá caráter eliminatório e classificatório

6.1.2. A prova de Conhecimentos terá duração de 03 (três) horas e 45 (quarenta e cinco) minutos, e será realizada na data determinada no Anexo IV deste Edital;

6.1.3. Os portões de acesso aos prédios em que será aplicada a prova de conhecimentos serão abertos uma hora antes do seu início;

6.1.4. O(A) candidato(a) deverá comparecer ao local da prova com antecedência mínima de uma hora do horário fixado para o fechamento dos portões, munido, exclusivamente, de caneta esferográfica de **tinta preta**, fabricada em material transparente, do Cartão inscrição e de documento oficial com foto;

6.1.5. Serão considerados documentos oficiais com foto, desde que se encontrem no prazo de validade: carteiras expedidas pelo Ministério da Defesa, pela Secretaria de Defesa Social / Secretaria de Segurança Pública ou órgão equivalente, pelos Corpos de Bombeiros Militares e Polícias Militares de outras unidades da federação; carteiras expedidas pelos órgãos fiscalizadores de exercício profissional (ordens, conselhos); passaporte, carteiras funcionais do Ministério Público, carteiras funcionais expedidas por órgão público que, por lei federal, valham como identidade, carteira de trabalho, carteira nacional de habilitação (modelo com foto);

6.1.6. O documento deverá estar em perfeitas condições, de forma a permitir, com clareza, a identificação do candidato (foto e assinatura);

6.1.7. O documento de identidade deverá ser apresentado ao Fiscal de Sala ou de Local, antes do acesso à sala ou ao local de prova;

6.1.8. Não será permitido, em hipótese alguma, o ingresso nas salas ou no local de realização das etapas de candidatos sem documento oficial e original de identificação, nem mesmo sob a alegação de estar aguardando que alguém o traga;

6.1.9. Após identificação e entrada em sala, o candidato deverá dirigir-se à carteira e não poderá consultar ou manusear qualquer material de estudo ou de leitura enquanto aguardar o horário de início da prova;

6.1.10. Não será permitida a permanência de candidatos que já tenham terminado as provas no local de realização das mesmas. Ao terminarem, os candidatos deverão se retirar imediatamente do local, não sendo possível nem mesmo a utilização dos banheiros e bebedouros;

6.1.11. Não será admitido ingresso de candidato nos locais de realização da prova após o horário fixado para o fechamento dos portões ou transportando qualquer objeto não relacionado no item 6.1.4, a exceção de água em garrafa transparente e alimento transportado em saco plástico transparente;

6.1.12. Não haverá segunda chamada para a realização da prova. O não comparecimento implicará a eliminação automática do(a) candidato(a).

6.1.13. Não será aplicada prova fora da data, do local ou do horário predeterminado em Edital ou em comunicado através das retificações;

6.1.14. Não será aceito, para fins de tratamento diferenciado por parte da Coordenação da aplicação da prova, nenhum caso de alteração orgânica, permanente ou temporária, que impossibilite o(a) candidato(a) de submeter-se à prova, diminua, aumente ou limite sua capacidade física, mental ou orgânica;

6.1.15. O(A) candidato(a) que necessitar de qualquer tipo de atendimento diferenciado para a realização da prova escrita deverá solicitá-lo, no ato de inscrição, indicando, quais os recursos especiais necessários (materiais, equipamentos, etc) pelo e-mail concursosobonfim@ntcs.com.br, utilizando-se do Modelo proposto no Anexo III deste Edital;



- 6.1.16. A solicitação de recursos especiais será atendida observando-se os critérios de viabilidade e razoabilidade;
- 6.1.17. A candidata com necessidade de amamentar durante a realização das provas deverá requerer atendimento diferenciado por meio do Modelo proposto no Anexo III deste Edital. A mesma ainda deverá levar um acompanhante, que ficará em sala reservada para essa finalidade. O acompanhante ficará responsável pela guarda da criança;
- 6.1.18. Nenhuma pessoa da equipe de fiscalização das provas ficará responsável pela guarda da criança no período de realização das provas;
- 6.1.19. A candidata lactante, acompanhada da criança, ficará impedida de realizar as provas se deixar de levar um responsável pela guarda da criança;
- 6.1.20. Poderá ser utilizado detector de metais nos locais de realização das provas;
- 6.1.21. Como medida de segurança, o(a) candidato(a) somente poderá se retirar da sala de aplicação da Prova de Conhecimentos após decorridas **três horas** do seu início. Entretanto, só poderá levar consigo anotações do gabarito e o caderno de provas após **três horas e trinta minutos** do seu início, entregando em mãos, ao fiscal de sala, o seu cartão de respostas, único instrumento válido para avaliação do seu desempenho no Concurso;
- 6.1.21.1. Para preservação, lisura e transparência do Concurso Público, os 03 (três) últimos candidatos a concluírem a prova deverão permanecer na sala até que todos os três a tenham concluído, retirando-se concomitantemente do recinto de aplicação;
- 6.1.21.2. Será realizada coleta de digital de todos os candidatos, em qualquer etapa, a critério da NTCS e da Comissão do Concurso Público, objetivando a realização de exame datiloscópico, com a confrontação dos candidatos que venham a ser convocados para nomeação;
- 6.1.21.3. Objetivando garantir a lisura e a idoneidade do Concurso Público – o que é de interesse público e, em especial, dos próprios candidatos – bem como a sua autenticidade, será solicitado quando da aplicação da prova objetiva, a impressão digital em local apropriado.
- 6.1.21.4. A prova de Conhecimentos (de caráter eliminatório e classificatório) - consistirá de prova escrita, com 50 (cinquenta) questões objetivas de múltipla escolha, cada uma com 05 alternativas de resposta, sendo apenas uma correta, no gabarito padrão nas opções de A, B, C, D e E, distribuídas conforme estabelece a tabela do item 6.1.23, abrangendo o conteúdo programático constante do Anexo V deste Edital.
- 6.1.22. Será automaticamente eliminado do Concurso Público, o candidato que durante a realização das etapas:
- 6.1.22.1. For descortês com qualquer membro da equipe encarregada pela realização das etapas;
- 6.1.22.2. For responsável por falsa identificação pessoal;
- 6.1.22.3. Utilizar ou tentar utilizar meios fraudulentos para obter aprovação;
- 6.1.22.4. Ausentar-se do recinto da prova ou do teste sem permissão;
- 6.1.22.5. Deixar de assinar lista de presença;
- 6.1.22.6. Fizer, em qualquer documento, declaração falsa ou inexata;
- 6.1.22.7. Perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos;
- 6.1.22.8. Não permitir a coleta da impressão digital ou o uso do detector de metais;
- 6.1.22.9. Não atender as determinações deste Edital;
- 6.1.22.10. For surpreendido em comunicação com outro candidato;
- 6.1.22.11. Não devolver o Cartão de Respostas ao término da Prova Objetiva, quando for o caso, antes de sair da sala;

- 6.1.22.12. Ausentar-se do local da prova antes de decorrida 3 (três) horas do início da mesma;
- 6.1.22.13. For surpreendido portando celular durante a realização da prova. Celulares deverão ser desligados, retiradas as baterias, e guardados dentro do envelope fornecido pela NTCS ao entrar em sala, mantidos lacrados e dentro da sala até a saída definitiva do local da realização da prova;
- 6.1.22.14. Não atender ao critério da alínea acima e for surpreendido com celular fora do envelope fornecido ou portando o celular no deslocamento ao banheiro/bebedouro ou o telefone celular tocar, estes últimos, mesmo dentro do envelope fornecido pela NTCS;
- 6.1.22.15. For surpreendido em comunicação verbal ou escrita ou de qualquer outra forma;
- 6.1.22.16. Utilizar-se de livros, dicionários, códigos impressos, máquinas calculadoras e similares ou qualquer tipo de consulta;
- 6.1.22.17. Não devolver o Caderno de Questões, se sair antes do horário determinado no subitem 6.1.21;
- 6.1.22.18. Não é permitido qualquer tipo de anotação e/ ou utilização de papel ou similar, além do Caderno de Questões e do Cartão de Respostas, não sendo permitido;
- 6.1.22.19. O candidato que for pego com a anotação do gabarito deverá entregá-la ao fiscal, e em caso de recusa será eliminado do certame;
- 6.1.22.20. É proibido o porte de armas nos locais das provas, não podendo o candidato armado realizar as mesmas;
- 6.1.22.21. É expressamente proibido fumar no local de realização das etapas;
- 6.1.22.22. O tempo total de realização da Prova Objetiva será de 3 horas e 45 minutos;
- 6.1.22.23. O tempo de duração da prova inclui o preenchimento do Cartão de Respostas;
- 6.1.23. A organização da prova, seu detalhamento, número de questões por disciplina e valor das questões encontram-se representados nas tabelas abaixo:

PROVA DE CONHECIMENTOS			
DISCIPLINAS	NÚMERO DE QUESTÕES	PONTUAÇÃO	TOTAL
Atualidades / Conhecimentos Gerais	10	1,5	15
Informática	5	1	5
Legislação	15	3	45
Língua Portuguesa	10	2	20
Raciocínio Lógico	10	1,5	15
TOTAL	50	-	100

6.1.24. As provas objetivas serão realizadas na cidade de Bonfim, RR, no Estado de Roraima, podendo ser realizada a cidade de Boa Vista, dependendo da necessidade e quantitativo das inscrições.

6.1.25. Os horários mencionados no presente Edital e nos demais a serem publicados para o Concurso Público, obedecerão ao horário local.

6.1.26. As datas informadas no presente Edital poderão, conforme necessidade e conveniência da Administração, ser alteradas, incluindo-se o dia e o horário de aplicação das provas.

6.1.27 Será considerado eliminado do concurso público o candidato que obtiver um número de acertos inferior a 45% do número total de pontos da prova, ou obtiver pontuação 0 (zero) em qualquer uma das disciplinas.

6.1.28 Não haverá, em hipótese alguma, vista de prova.

6.1.29 O candidato não habilitado na prova objetiva será excluído do Concurso Público.

6.1.30. Os candidatos aprovados na prova objetiva serão listados por GRUPOS, grupo masculino e grupo feminino, em ordem classificatória decrescente de nota obtida.

6.2. DA SEGUNDA FASE DA 1ª ETAPA DO CONCURSO – EXAME DE APTIDÃO FÍSICA

6.2.1. Os Candidatos considerados habilitados e classificados dentro do número de vagas previsto na fase do exame da prova objetiva, deverão submeter-se ao Exame de Aptidão Física, de presença obrigatória e de caráter eliminatório, a ser realizado por profissionais de Educação Física indicados pela NTCS.

6.2.2. Antes da realização do Exame de Aptidão Física, o candidato classificado na primeira fase, apresentará ao profissional de Educação Física atestado médico, às suas expensas, comprovando boas condições de saúde para execução dos testes físicos da segunda fase, sob pena de eliminação do Concurso Público.

6.2.3. No atestado, o médico deverá fazer referência aos testes físicos em que o candidato poderá ou não realizar, a fim de que a responsabilidade não venha a recair sobre a Comissão Organizadora.

6.2.4. O Exame de Aptidão Física terá caráter eliminatório e suas provas serão aplicadas exclusivamente no Município de Bonfim, em local e horários a serem definidos na Convocação.

6.2.5. Serão convocados apenas os candidatos habilitados e mais bem classificados na prova objetiva na forma do subitem 2.11, deste Edital, até o limite estabelecido no quadro a seguir, mais os empates na última posição de classificação, totalizando 4x (quatro vezes) o número de vagas.

Cargo	Classificação Geral
Guarda Civil de Bonfim – grupo masculino	68ª posição
Guarda Civil de Bonfim – grupo feminino	16ª posição

6.2.6. Os candidatos não incluídos no limite estabelecido no subitem anterior serão eliminados do Concurso.

6.2.7. As Provas de Aptidão Física destinam-se à aferição da capacidade física do candidato e serão aplicadas por comissão designada pela NTCS, formada por pessoal de apoio técnico (árbitros credenciados e pessoal treinado) para os registros das marcas dos candidatos, e profissionais graduados em Educação Física que tenham registros no Conselho Regional de Educação Física, aos quais caberá, dentre outras funções, a coordenação e o acompanhamento do trabalho desse pessoal de apoio. Todo o processo será vistoriado pela Comissão Especial do Concurso Público.

6.2.8. Caberá à NTCS contratar os profissionais de Educação Física e o pessoal de apoio técnico (árbitros credenciados e pessoal treinado).

6.2.9. A prova de capacidade física, de presença/execução obrigatória e de caráter apenas eliminatório, será realizada pela NTCS e visa a avaliar a capacidade mínima do candidato para suportar, física e organicamente, as atividades e demais exigências próprias do cargo de Guarda Civil Municipal de Fronteira de Bonfim.

6.2.10. A critério da Administração, a realização da Prova de Aptidão Física poderá ser remarcada, desde que devidamente justificada.

6.2.11. A Prova de Aptidão Física será constituída das seguintes provas:

Teste em Barra Fixa:

SEXO	ÍNDICE MÍNIMO	TEMPO MÍNIMO	TENTATIVAS
Masculino	03 flexões , em pronação sem tomada de impulso.	-	02
Feminino	Suspensão, em pronação ou supinação.	15 segundos	02

Flexão Abdominal (Supra):

SEXO	ÍNDICE MÍNIMO	TEMPO MÍNIMO	TENTATIVAS
Masculino	Mínimo de 25	60 segundos	01
Feminino	Mínimo de 20	60 segundos	01

Corrida de 12 minutos:

SEXO	ÍNDICE MÍNIMO	TEMPO MÍNIMO	TENTATIVAS
Masculino	2200 metros	12 minutos	01
Feminino	2000 metros	14 minutos	01

6.2.12. **TESTE DE BARRA FIXA**

6.2.12.1. O(A) candidato(a) do sexo masculino somente será considerado apto neste teste se realizar pelo menos 3 (três) flexões. Para o sexo feminino, a exigência é de permanecer na posição determinada no subitem 6.2.12.6, pelo menos 15 (quinze) segundos. Quando da realização da Barra Fixa, cada candidato, independentemente do sexo, disporá de 2 (duas) tentativas para alcançar a performance mínima exigida.

6.2.12.2. **Descrição dos Testes:**

6.2.12.3. **Teste de flexão dinâmica de braço na barra fixa (sexo masculino)**

6.2.12.4. Esta prova não terá limite de tempo, devendo ser realizada a quantidade de repetições mínimas exigidas. A partir da posição inicial, dependurado na barra com os braços estendidos, o executante deverá realizar flexão ultrapassando a linha do queixo, na posição normal (olhando para frente),

acima da linha superior da barra, retornando à posição anterior. As mãos deverão estar em pronação. Durante a execução, deve-se manter o corpo retesado, como se houvesse uma linha reta partindo do calcanhar até o ombro, não sendo permitido balanceios.

6.2.12.4.1. Posição inicial: o(a) candidato(a) deverá dependurar-se na barra, com pegada livre (pronação ou supinação), mantendo os braços estendidos e, quando autorizado, deverá iniciar a execução;

6.2.12.4.2. Execução: inicia-se o movimento com a flexão do braço até que o queixo ultrapasse a parte superior da barra, estendendo novamente o braço e voltando à posição inicial, sendo assim, considerado um movimento completo (uma flexão). O movimento só se completa com a total extensão dos braços. A não extensão total dos braços e início de nova execução é considerada como movimento incorreto e não computado na performance do(a) candidato(a).

6.2.12.5. Será proibido ao(a) candidato(a) do sexo masculino, quando do Teste de Barra Fixa:

6.2.12.5.1. Tocar com o(s) pé(s) ao solo após o início das execuções, sendo permitida a flexão de perna(s) para evitar o toque ao solo;

6.2.12.5.2. Após a tomada de posição inicial, receber qualquer tipo de ajuda física;

6.2.12.5.3. Utilizar luvas ou qualquer outro artifício para proteção das mãos ou

6.2.12.6. Apoiar o queixo na barra.

6.2.12.7. **Teste de flexão estática de braço na barra fixa (sexo feminino)**

6.2.12.7.1. A candidata deverá permanecer em flexão e suspensa na barra fixa durante o tempo mínimo exigido. A partir da posição inicial, suspensa em flexão na barra fixa, a candidata deverá permanecer ultrapassando a linha do queixo da linha superior da barra e olhando para frente. As mãos deverão estar em supinação. Durante a execução, deve-se manter o corpo retesado, como se houvesse uma linha reta partindo do calcanhar até o ombro, não sendo permitido balanceios.

6.2.12.7.2. Posição inicial: a candidata deverá dependurar-se na barra, com pegada livre (pronação ou supinação), mantendo os braços flexionados e o queixo acima da parte superior da barra, podendo receber ajuda para atingir a posição;

6.2.12.7.3. Execução: depois de tomada a posição inicial pela candidata, o fiscal da prova inicia imediatamente a cronometragem do tempo, devendo a candidata permanecer na posição durante pelo menos 15 (quinze) segundos, sendo que o fiscal avisará o tempo decorrido na execução.

6.2.12.8. Será proibido ao(a) candidato(a) do sexo feminino, quando da realização do Teste de Suspensão em Barra Fixa:

6.2.12.8.1. Após a tomada da posição inicial, e durante os 15 (quinze) segundos seguintes, receber qualquer tipo de ajuda física;

6.2.12.8.2. Ceder a sustentação, deixando o queixo ficar abaixo da parte superior da barra;

6.2.12.8.3. Apoiar o queixo na barra.

6.2.13. **TESTE DE FLEXÃO ABDOMINAL, COM REALIZAÇÃO EM 01 (UM) MINUTO**

6.2.13.1. Para os candidatos do sexo masculino serem considerados aptos neste teste, será exigido um mínimo de 25 (vinte e cinco) flexões no tempo de 01 (um) minuto. Abaixo deste número, o(a) candidato(a) será declarado inapto.

6.2.13.2. Para as candidatas do sexo feminino será exigido um mínimo de 20 (vinte) flexões no tempo de 01 (um) minuto, para que seja considerada apta neste teste. Abaixo deste número, a candidata será considerada inapta.

6.2.13.3. Deverá ser realizado o número mínimo exigido de repetições no tempo de 01 (um) minuto. Partindo da posição de decúbito dorsal, as pernas devem estar flexionadas com os joelhos em um ângulo de aproximadamente 45°, os antebraços cruzados sobre a face anterior do tórax e as palmas das mãos ficam sobre a face anterior dos ombros com o dedo médio e o indicador tocando a clavícula. Os pés ficam colocados um ao lado do outro sobre a área de teste com a abertura próxima à dos ombros. Os pés serão seguros por outra pessoa da comissão de avaliação para mantê-los em contato com a área de teste, com as plantas dos pés voltadas para baixo e as mãos devem permanecer em contato com os ombros durante toda a execução. A partir da posição inicial, acima descrita, realiza-se um movimento de contração da musculatura abdominal, elevando o tronco ao mesmo tempo em que se eleva os braços até o nível em que ocorra o contato dos cotovelos da metade da coxa até os joelhos e depois retorna à posição inicial, até que toque a área de teste pelo menos com a metade superior das escápulas (parte superior das costas). Durante a realização do exercício, o candidato deverá fixar o olhar a frente e evitar tensão no pescoço, mantendo-o mais relaxado possível. Deve-se realizar este exercício em um local confortável, como colchonete, tatame, gramado ou outros.

6.2.14. **TESTE DE CORRIDA**

6.2.14.1. Para os candidatos do sexo masculino será exigido um mínimo de 2.200m (dois mil e duzentos metros) no tempo de 12 (doze) minutos, para que seja considerado apto neste teste. Abaixo deste número, o(a) candidato(a) será considerado inapto.

6.2.14.2. Para as candidatas do sexo feminino será exigido um mínimo de 2.000 m (dois mil metros) no tempo de 14 (quatorze) minutos, para que seja considerada apta neste teste. Abaixo deste número, a candidata será considerada inapta.

6.2.14.3. Será realizado com partida livre, podendo o candidato caminhar durante a prova, entretanto deverá concluí-la no tempo mínimo previsto. A partir do início da prova não será permitido sair da pista, até a conclusão do percurso. Caso não conclua a prova, o candidato será desclassificado. A tomada de tempo será feita pela comissão avaliadora através de cronômetro ou relógio digital em minutos e segundos. Após o encerramento do teste, o avaliado deverá continuar caminhando, por três a cinco minutos, até parar. O teste será realizado em pista de atletismo ou em local adequado como quadra de esportes, parques ou trechos com distâncias conhecidas desde que com a superfície plana.

6.2.14.4. Para o sexo masculino ou feminino a) O(A) candidato(a) deverá percorrer um percurso previamente demarcado, atingindo a marca e o tempo exigidos para cada sexo.

6.2.14.5. O(A) candidato(a) poderá, durante o tempo exigido, deslocar-se em qualquer ritmo, correndo ou caminhando, podendo, inclusive, parar e depois prosseguir.

6.2.15. Nos dias dos Exames de Aptidão Física, o(a) candidato(a) será identificado mediante a apresentação do documento de identidade original com foto e assinará a ata de presença.

6.2.15.1. O Candidato deverá comparecer no local e horário definidos para a realização do Exame, com roupas e calçados apropriadas para a prática de atividade física.

6.2.15.2. O Candidato que não se apresentar devidamente trajado não realizará o Exame, sendo considerado inapto.

6.2.15.3. Os casos de alteração psicológica ou fisiológica temporária que impossibilitem a realização do teste ou diminuam a capacidade física dos candidatos não serão levados em consideração, não lhes sendo dispensado qualquer tratamento privilegiado.

6.3. DA TERCEIRA FASE DA 1ª ETAPA DO CONCURSO – TESTE PSICOLÓGICO

6.3.1. Os candidatos considerados APTOS nos Exames de Aptidão Física serão submetidos à Avaliação Psicológica, de caráter eliminatório, realizada exclusivamente na Bonfim/RR, que será aplicada por profissionais especializados em Psicologia, de acordo com os parâmetros exigidos.

6.3.2. O Candidato deverá comparecer ao local, em data e horários a serem estabelecidos na lista de Convocação, para se submeter à Avaliação Psicológica, portando documento de identificação com foto.

6.3.3. A Avaliação Psicológica é um processo científico destinados a aferir a compatibilidade das características psicológicas do(a) candidato(a) com as atribuições do cargo. Assim, utilizará de coleta de dados, estudos e interpretação de informações a respeito dos fenômenos psicológicos resultantes da relação do indivíduo com a sociedade, utilizando-se, para tanto, de estratégias psicológicas, métodos, técnicas e instrumentos (testes, inventários, questionários, observações, entrevistas).

6.3.4. A Avaliação Psicológica aplicada para seleção dos candidatos será composta da aplicação de Questionário Social e Entrevista individual, além de uma bateria de 05 (cinco) testes, sendo: Atenção Dividida; Memória Visual; Inteligência não Verbal; e dois testes de Personalidade.

6.3.5. Para ser considerado apto o(a) candidato(a) terá que apresentar, em cada um dos testes (Atenção Dividida; Memória Visual e Inteligência não Verbal), resultado mínimo de 25% de percentil conforme tabela geral de escolaridade de cada manual. Nos dois testes de Personalidade serão levantados aspectos quantitativos e qualitativos, nos quais serão analisadas as seguintes características dos candidatos: desempenho, estabilidade emocional, agressividade, ansiedade, impulsividade, vitalidade, organização, capacidade para acatar ordens, adaptabilidade, autonomia, relacionamento interpessoal, energia vital e exibição.

6.3.6. O candidato que não apresentar conformidade com o subitem 6.3.5 será considerado inapto.

6.3.7. Para o(a) candidato(a) que venha a ser considerado INAPTO, o resultado da avaliação psicológica será fundamentado por escrito pelo profissional responsável por essa fase do Concurso, devendo conter exposição de motivos da incompatibilidade do(a) candidato(a) com o cargo público para o qual concorre.

6.3.8. O(A) candidato(a) que não comparecer à Avaliação Psicológica, ou nela for considerado INAPTO, estará automaticamente eliminado do concurso.

6.4. DA QUARTA FASE DA 1ª ETAPA DO CONCURSO – EXAME MÉDICO E EXAME TOXICOLÓGICO

6.4.1. Serão convocados para realização da etapa de Exame Médico e Toxicológico os candidatos classificados dentro do número de vagas para o cargo de Guarda Civil Municipal de Fronteira de Bonfim, aptos até a 17ª posição para o grupo masculino, aptos até a 3ª posição para o grupo feminino, e apto até a 1ª posição para a vaga reservada a pessoa com deficiência, considerando os empatados na última posição na fase anterior, da Avaliação Psicológica (3ª Fase);

6.4.2. A Etapa de Exame Médico e Toxicológico possui caráter eliminatório, sendo o candidato considerado apto ou inapto;

6.4.3. O Exame Médico e Toxicológico objetiva aferir se o candidato goza de boa saúde física e psíquica, mediante exame físico e análise dos exames complementares solicitados, de doenças, de sinais e/ou de sintomas que inabilitem o candidato, para suportar os exercícios a que será submetido durante o Curso de Formação e para desempenhar as tarefas típicas das categorias funcionais;

6.4.4. Os candidatos que não forem habilitados para a 4ª Fase e que comporem o grupo masculino da 19ª posição até 58ª posição, bem como da 4ª posição até a 12ª posição para o grupo feminino, comporão o Cadastro Reserva do Concurso. Diante de convocação dos candidatos do cadastro reserva, estes serão submetidos à 4ª e 5ª fase da 1ª Etapa, de caráter eliminatório, bem como serão submetidos a 2ª Etapa, de caráter eliminatório e classificatório.

6.4.5. Os candidatos que não forem habilitados para a 4ª fase e que não forem enquadrados nas vagas destinadas ao Cadastro Reserva do Concurso serão eliminados do Concurso Público.

6.4.6. Do Exame Médico

6.4.7. Os candidatos convocados para o Exame Médico da Inspeção de Saúde deverão apresentar as requisições (exames, exames com laudo ou somente laudo), que deverão ser providenciadas às custas do próprio candidato.

6.4.8. As requisições tratadas anteriormente deverão conter o número do documento de identidade do candidato e ter prazo de validade não superior a 60 (sessenta) dias entre a data de realização e sua apresentação à banca examinadora.

6.4.9. O resultado do Exame Médico da Inspeção de Saúde será expresso por uma das seguintes menções:

a) Apto. Para o candidato que fez a entrega de todas as requisições relacionadas neste Edital dentro do prazo estabelecido e que na conferência do material não foi encontrada pendência de qualquer natureza e, ainda que, não tenha sido enquadrado em nenhuma das “condições incapacitantes”.

b) Inapto Temporário. Para o candidato que, a critério da banca examinadora do Exame Médico, tenha que providenciar de imediato avaliação de especialistas ou realizar, também de imediato, às suas custas, nova(s) requisição(ões) complementar(es) que se torne(m) necessária(s) para firmar um diagnóstico, visando dirimir eventuais dúvidas, podendo este candidato ser convocado para novo Exame Clínico em prazo estabelecido.

c) Inapto. Para o candidato que não satisfizer as condições exigidas ou, tendo sido considerado Inapto Temporário, sua situação não tenha sido revertida satisfatoriamente.

6.4.10. No dia de realização do Exame Médico da Inspeção de Saúde, o candidato deverá comparecer trajando calção de banho, no caso de candidato do sexo masculino, e maiô ou biquíni (discretos), para a candidata do sexo

feminino, tendo em vista que no local do Exame Médico não será disponibilizado espaço para troca de roupa.

6.4.11. Não serão recebidas as requisições relacionadas no subitem 6.4.15 fora do período estabelecido para o Exame Médico da Inspeção de Saúde.

6.4.12. Será automaticamente eliminado do Concurso o candidato que, na data e no horário de realização de seu Exame Médico:

a) não se encontrar em condição de saúde compatível com o cargo a que está concorrendo;

b) deixar de apresentar qualquer uma das requisições (exames, exames com laudo ou somente laudo) exigidas para o Exame Médico da Inspeção de Saúde e constantes do subitem 6.4.15 deste Edital.

6.4.13. Das Condições Incapacitantes. A seguir estão listadas as condições incapacitantes para ingresso no Quadro de Pessoal da Guarda Civil de Bonfim/RR, juntamente com os índices mínimos e as causas de inabilitação no Exame Médico da Inspeção de Saúde.

I. Cabeça e pescoço: tumores malignos na área da cabeça e do pescoço; deformidade congênita na área da cabeça e do pescoço ou cicatrizes deformantes ou aderentes que causem bloqueio funcional, incompatível com o pleno exercício das atividades do cargo de Guarda Civil Municipal de Fronteira de Bonfim, na área de cabeça e pescoço; alterações estruturais da glândula tireoide, associadas ou não a sinais clínicos de hipertireoidismo.

II. Ouvidos, nariz e faringe: deformidades congênitas que comprometam o bom desempenho das funções de Guarda Municipal, tartamudez que comprometa a comunicação oral básica.

a) Na prova com audiômetro de tom puro, o candidato não deve ter deficiência de percepção auditiva em cada ouvido, separadamente, maior que 40dB em nenhuma das três frequências 500, 1000, 2000Hz, nem maior que 50dB nas frequências acima de 3000Hz.

III. Olhos e visão: opacificações corneanas, ceratocone e ceratopatias; glaucomas; doenças congênitas ou adquiridas; estrabismo (superior a 10 D prismática); doenças e lesões de retina; doenças neurológicas que afetam os olhos; discromatopsia completa; pacientes com catarata ou operados de cataratas com ou sem Lio; AV s/c inferior a 20/100 em cada olho ou até 20/200 em um olho, desde que o outro seja superior ou igual a 20/60, A AV c/c em todos os casos deve ser 20/20 em pelo menos um olho e superior ou igual a 20/40 no outro olho.

IV. Pele e tecido celular subcutâneo: infecções bacterianas micóticas crônicas ou recidivantes, micoses extensas; parasitoses cutâneas extensas, eczemas alérgicos cronicados ou infectados, expressões cutâneas das doenças autoimunes; manifestações de doenças alérgicas de difícil resolução; ulcerações e edemas; cicatrizes deformantes que causem bloqueio funcional, incompatível com o pleno exercício das atividades do cargo; hanseníase; tatuagem(ns) que expresse(m) violação aos valores constitucionais, em especial aquelas que apresentam ideologias terroristas, extremistas e/ou contrárias às instituições democráticas, que incitem a violência e/ou a criminalidade, ou incentivem a discriminação ou preconceitos de raça e gênero, ou qualquer outra forma de intolerância (Recurso Extraordinário 898.450/SP, de 17 de agosto de 2016, com repercussão geral reconhecida).

V. Pulmões e paredes torácicas: deformidade relevante congênita ou adquirida, função respiratória prejudicada, doenças imunoalérgicas do trato respiratório inferior; fístulas e fibroses pulmonares difusas; tumores malignos e benignos dos pulmões e pleura.

VI. Sistema cardiovascular: cardiopatias congênitas, miocardites e endocardites; doenças do pericárdio, endocárdio e da circulação intrínseca do coração; doenças oro-valvulares; doenças venosas arteriais e linfáticas; hipertensão arterial de acordo com a definição da OMS; miocardiopatias; insuficiência cardíaca; alterações eletrocardiográficas, tais como: dissociação AV; extrasístoles muito frequentes; alterações isquêmicas; taquicardias paroxísticas; bloqueios sinoatriais; ritmos de substituição; doenças do nódulo sinusal; bloqueio do ramo esquerdo; bloqueio de ramo direito; bloqueio atrioventricular; flutter e fibrilação atrial; síndromes de pré-excitação; sobrecarga ventricular direita e esquerda; crescimentos atriais: átrio esquerdo, átrio direito e biatrial.

VII. Abdome e trato digestório: anormalidades aparentes (ex.: hérnia, fístulas) à inspeção ou palpação visceromegalias; micose profunda; história de cirurgia significativa ou ressecções importantes; doenças hepáticas e pancreáticas; distúrbios funcionais desde que significativos; tumores benignos e malignos.

VIII. Aparelho gênito-urinário: anormalidades congênitas ou adquiridas da genitália; rins e vias urinárias; tumores; infecções e outras lesões demonstráveis em exame de urina; criptorquidia; varicocele volumosa e/ou dolorosa; doença sexualmente transmissível em atividade.

IX. Aparelho osteomioarticular: doenças e anormalidades dos ossos e articulações congênitas ou adquiridas, inflamatórias, infecciosas, neoplásticas; traumáticas e degenerativas; desvio ou curvaturas anormais e significativas da coluna vertebral; deformidades ou qualquer alteração da estrutura normal das mãos e pés; próteses cirúrgicas e sequelas de cirurgia; pé plano espástico desde que comprometa a locomoção, lesões ligamentares, condromalacia de patela e outras doenças incapacitantes para as atividades de Guarda Municipal, de Agente de Defesa Civil e de Agente de Segurança Institucional.

X. Doenças metabólicas e endócrinas: diabetes melito descompensada; tumores hipotalâmicos e hipofisários; disfunção hipofisária; disfunção tireoideana sintomática; tumores da tireóide, exceto cistos insignificantes e desprovidos de potencialidade mórbida; tumor de supra-renal e sua disfunção congênita ou adquirida; hipogonadismo primário ou secundário; distúrbio do metabolismo do cálcio e do fósforo, de origem endócrina; erros inatos do metabolismo; crescimento e desenvolvimento anormais, em desacordo com a idade cronológica.

XI. Sangue e órgãos hematopoéticos: alterações significativas do sangue; órgãos hematopoéticos; doenças hemorrágicas.

XII. Doenças neuropsiquiátricas: distúrbios neuromusculares; afecções neurológicas; anormalidades congênitas ou adquiridas; ataxias; incoordenações; tremores; distúrbios de movimento; paresias e paralisais; atrofia e fraquezas musculares; histórias de síndrome convulsiva; distúrbio da consciência; comportamentais e da personalidade.

XIII. Tumores e neoplasias:

a) Qualquer tumor maligno.

b) Tumores benignos, conforme a localização, a repercussão funcional e o potencial evolutivo.

c) Se o médico julgar insignificante a existência de pequenos tumores benignos (ex.: cistos sebáceos, lipoma), deverá justificar sua conclusão.

XIV. Condições ginecológicas: neoplasias malignas; cistos ovarianos não funcionais; lesões uterinas e todas as patologias ginecológicas adquiridas, exceto se insignificantes e desprovidas de potencial mórbido; anormalidades congênitas com repercussão funcional ou com potencial para morbidade; mastites específicas; tumor maligno da mama; endometriose comprovada.

XV. Aparelho locomotor: será considerado inapto o candidato que apresentar:

- a) deformidades e/ou desvios em quaisquer planos do eixo normal da coluna vertebral, repercussão funcional (escoliose, cifose, hiperlordose, inversão da lordose);
- b) deformidades ou sequelas de fraturas com comprometimento do alinhamento, simetria e função do segmento afetado;
- c) alterações acentuadas do alinhamento dos membros superiores e/ou inferiores (genuvalgo, genuvaro, genurecurvatum, cúbito-valgo, cúbitovaro);
- d) comprometimento funcional articular (bloqueio da flexão, extensão, pronação, supinação); rotação lateral e medial traumática ou congênita, restrição de função em decorrência de luxação recidivante, em qualquer segmento, operada ou não;
- e) deformidades congênitas ou adquiridas dos pés, por exemplo: pé cavo, hálux-vago, hálux-varo, hálux-rígido, sequelas de pé torto congênito, dedos em garra com calosidade ou não, calosidade aquileia, dedo extra numerário;
- f) ausência parcial ou total, congênita ou traumática de qualquer segmento das extremidades;
- g) sequelas de patologias congênitas, com repercussão funcional;
- h) deformidades esqueléticas acentuadas (tumorações; hipertrofias; ossos supranumerários).

XVI. Coluna lombossacra: Será considerado inapto o candidato que apresentar em seus exames radiológicos de coluna lombossacra:

- a) escoliose tóraco-lombar;
- b) cifose dorsal;
- c) inversão das curvaturas fisiológicas da coluna vertebral;
- d) má formação congênita isolada ou associada (tais como: spina bífida, vértebra de transição mega apófise neoarticulada ou não ao sacro);
- e) tumoração óssea;
- f) doença inflamatória;
- g) doença infecciosa;
- h) presença de prótese cirúrgica ou sequelas de cirurgia e de fratura.

6.4.14. Das Requisições para o Exame Médico

As requisições (exames, exames com laudo e somente laudo) deverão obrigatoriamente ser entregues acompanhadas dos respectivos laudos e realizadas às custas do candidato, para efeito do Exame Médico, a ser realizado por Bancas Examinadoras, formadas sob a responsabilidade do NTCS e compostas por profissionais habilitados, inscritos e regulares junto ao Conselho Regional de Medicina, no dia da realização da Inspeção de Saúde oficial, a que os convocados deverão submeter-se.

6.4.15. As requisições para o Exame Médico são as seguintes:

- a) Hemograma completo;
- b) Glicose;
- c) Ureia;
- d) Creatinina;
- e) Ácido úrico;
- f) Grupo sanguíneo;
- g) Fator Rh;
- h) Sorologia para Doença de Chagas por imunofluorescência;
- i) HBSAG;
- j) Anti-HBC-IGG;
- k) VDRL;
- l) Coagulograma completo (TAP, TTPA e tempo de sangria);
- m) Exame de Urina (Sumário);
- n) Ecocardiograma transtorácico (imagem e laudo);

- o) Eletrocardiograma (imagem e laudo);
- p) Eletroencefalograma (imagem e laudo);
- q) Ecografia de abdome total e vias urinárias (imagem e laudo);
- r) Laudo de Acuidade Auditiva medida por audiometria;
- s) Laudo oftalmológico completo (acuidade visual com e sem correção, pressão intra-ocular e fundo de olho, inclusive avaliação cromática);
- t) Laudo ortopédico relativo ao aparelho locomotor e ao aparelho osteoarticular;
- u) Laudo de Sanidade Mental emitido por médico psiquiatra;
- v) Raio-X do Tórax em PA e perfil (imagem e laudo);
- w) Raio-X da Coluna cervical em AP e perfil (imagem e laudo);
- x) Raio-X da Coluna lombossacra em AP e perfil (imagem e laudo).

6.4.16 Do Exame Toxicológico

6.4.16.1 Os candidatos deverão submeter-se a Exame Toxicológico (de caráter confidencial), que será realizado pelo candidato, observando as orientações a seguir descritas:

- a) Deverá ser do tipo de “larga janela de detecção”, que acusa uso de substâncias entorpecentes ilícitas causadoras de dependência química ou psíquica de qualquer natureza e deverá apresentar resultados negativos para um período mínimo de 60 (sessenta) dias;
- b) Deverá ser realizado em laboratório especializado, credenciado pelo NTCS, a partir de amostra de materiais biológicos (cabelos ou pelos) doados pelo candidato, conforme procedimentos padronizados de coleta, encaminhamento do material, recebimento dos resultados e estabelecimento de contraprova;
- c) O resultado do exame para detecção do uso de drogas ilícitas ficará restrito à Banca Examinadora do NTCS, que obedecerá ao que prescreve a norma referente à salvaguarda de documentos classificados, sob pena de responsabilidades, conforme legislação vigente.

6.4.16.2 O resultado do Exame Toxicológico da Inspeção de Saúde será expresso por uma das seguintes menções:

- a) Apto. Para o candidato que tiver obtido resultado negativo para todas as substâncias entorpecentes ilícitas que foram objeto do Exame Toxicológico.
- b) Inapto Temporário. Para o candidato que estiver impossibilitado de entregar o resultado do seu exame na data prevista, por atraso na chegada do resultado devido a problemas com o laboratório ou com a postagem do material, contanto que comprove ter se submetido à coleta de material em laboratório credenciado dentro do prazo estabelecido.
- c) Inapto. Para o candidato que tiver obtido resultado positivo para uma ou mais substâncias entorpecentes ilícitas que foram objeto do Exame Toxicológico.

6.5 DA QUINTA FASE DA 1ª ETAPA DO CONCURSO – DA INVESTIGAÇÃO SOCIAL E FUNCIONAL

6.5.1 Observando o princípio constitucional da moralidade, os candidatos inscritos neste Concurso serão submetidos a Investigação Social e Funcional, de caráter eliminatório, que será realizada sob a responsabilidade da Prefeitura Municipal de Bonfim que poderá acionar outros órgãos de inteligência nos níveis estadual e federal.

6.5.2 A Investigação Social e Funcional que será efetuada após a realização da 5ª Fase do Concurso visa a apurar se o candidato apresenta procedimento irrepreensível e idoneidade moral inatacável.

6.5.3 São fatos que afetam o procedimento irrepreensível e a idoneidade moral inatacável:

- I. Habitualidade no descumprimento dos deveres de assiduidade, pontualidade, discrição e urbanidade;
- II. Prática de ato de deslealdade às instituições constitucionais e administrativas;
- III. Manifestação de desprezo às autoridades e a atos da administração pública;
- IV. Habitualidade em descumprir obrigações legítimas;
- V. Relacionamento ou exibição em público com pessoas de notórios e desabonadores antecedentes criminais ou morais;
- VI. Prática de ato que possa importar em escândalo ou comprometer a função de segurança do Sistema Penal;
- VII. Frequência a locais incompatíveis com o decoro das funções de Guarda Civil;
- VIII. Vício de embriaguez, uso ou dependência de substâncias entorpecentes e drogas ilícitas, prática de ato tipificado como infração penal ou qualquer prática atentatória à moral e aos bons costumes;
- IX. Contumácia na prática de transgressões disciplinares; e,
- X. Participação ou filiação como sócio, membro ou dirigente de entidade ou organização cujo funcionamento seja legalmente proibido ou contrário às instituições constitucionais ou ao regime vigente.

6.5.4 O candidato preencherá, para fins da Investigação Social e Funcional, a Ficha de Informações Confidenciais, que será disponibilizada no endereço eletrônico do Concurso e deverá ser devidamente preenchida e assinada pelo candidato e entregue juntamente com as requisições (exames, exames com laudo e somente laudo) do Exame Médico da Inspeção de Saúde, acompanhada de uma foto, cópia de documento de identidade, CPF, Carteira Nacional de Habilitação "AB" e comprovante de residência, das certidões negativas da Justiça Federal, da Justiça Estadual e das certidões de antecedentes criminais da Polícia Federal e da Secretaria da Segurança Pública ou congêneres do Estado onde o candidato houver residido nos últimos 2 (dois) anos.

6.5.5 São competências do órgão responsável pela Investigação Social e Funcional:

6.5.5.1 Fazer investigações, diligências e outros serviços de inteligência correlatos necessários à apuração da conduta do candidato em relação aos fatos descritos no subitem 6.5.3 e suas alíneas.

6.5.5.2 Estabelecer, na condução da Investigação Social e Funcional, a metodologia e os procedimentos a serem adotados nas pesquisas de arquivos criminais, nas investigações na área residencial, nos estabelecimentos de ensino, nos locais de trabalho e nos locais de recreação e lazer, nas redes sociais, em locais e situações a serem investigados e que sejam necessários para a elaboração dos dossiês da Investigação Social e Funcional.

6.5.5.3 Elaborar dossiês relativos à Investigação Social e Funcional dos candidatos.

6.5.5.4 Elaborar relatório circunstanciado, em que constem as situações que inabilitem o candidato ao exercício do cargo, quando a Investigação Social e Funcional concluir por sua incompatibilidade com o exercício do cargo de Guarda Civil.

6.5.5.5 Encaminhar os dossiês dos candidatos para a Comissão Especial do Concurso.

6.5.5.6 Emitir Parecer Conclusivo, após a análise da defesa, em relação à exclusão do candidato que:

- I. Tiver conduta enquadrada em qualquer dos fatos previstos no subitem 6.5.3 e suas alíneas deste Edital;
- II. Tiver omitido informações ou faltado com a verdade, quando do preenchimento da Ficha de Informações Confidenciais ou no Requerimento

Eletrônico de Inscrição, fato que impossibilitará sua inclusão na listagem dos classificados ou na listagem do Cadastro de Reserva.

6.5.5.7 Enviar ao NTCS a relação dos candidatos considerados inaptos em virtude de parecer conclusivo de exclusão do Concurso;

6.5.5.8 Arquivar os dossiês relativos à Investigação Social e Funcional e não permitir que sejam utilizados para outra finalidade que não seja a avaliação da conduta e da idoneidade dos candidatos inscritos no Concurso Público, regulamentado por este Edital, para provimento dos cargos deste Concurso.

6.5.6 Quando na Investigação Social e Funcional de um candidato concluir-se pela incompatibilidade de sua conduta com o exercício do cargo de Guarda Civil, deverá ser elaborado um relatório circunstanciado, em que constem as situações que o inabilitam ao exercício dos cargos.

6.5.7 A relação dos candidatos eliminados em decorrência da Investigação Social e Funcional será divulgada no site do concurso, sem indicação expressa do nome do candidato, constando apenas o número de inscrição, em proteção à intimidade do interessado.

6.5.8 O candidato cujo nome constar da relação de que trata o subitem 6.5.7 terá o prazo previsto no Anexo do Cronograma, a contar da data da divulgação da relação, para, a seu critério, exercer o direito da ampla defesa e do contraditório.

6.5.9 A Comissão responsável pela Investigação Social e Funcional emitirá Parecer Conclusivo após a análise da defesa do candidato a que se refere o item anterior.

6.5.10 Será eliminado do Concurso o candidato que, após a análise da sua defesa, for considerado não recomendado na Investigação Social e Funcional.

6.6 DA PRIMEIRA FASE DA 2ª ETAPA DO CONCURSO – DO CURSO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL (2ª Etapa)

6.6.1 O Curso de Formação Profissional será realizado pelo NTCS, terá caráter eliminatório e CLASSIFICATÓRIO e duração mínima de 476 (quatrocentas e setenta e seis) horas, em obediência à matriz curricular nacional do SENASP, além de cumprir com o necessário para que o Candidato esteja, ao fim do curso de formação, apto para portar armas de fogo. Será regido por edital e regulamento próprios, que estabelecerão a grade curricular, o sistema de avaliação, a frequência mínima e as demais condições relativas ao curso.

6.6.2 Serão convocados por edital específico para realizarem suas matrículas no Curso de Formação, os candidatos que após a realização da 5ª Fase da 1ª Etapa estiverem classificados:

Grupo masculino	Até a 17ª posição
Grupo feminino	Até a 3ª posição
Vaga reservada (pessoa com deficiência)	01 vaga

6.6.3 Se o candidato aprovado na vaga de pessoa com deficiência não lograr êxito nas fases da 1ª Etapa, chegando a ser eliminado, será convocado por edital para realizar a matrícula no Curso de Formação, o candidato que ocupar a 18ª posição.

6.6.4 Estará habilitado para matrícula no Curso de Formação Profissional o candidato que satisfizer as quatro condições seguintes:

a) Ter sido considerado apto no Exame Médico e no Exame Toxicológico da Inspeção de Saúde;

- b) Não ter sido considerado inapto na Avaliação Psicológica;
- c) Não ter sido considerado inapto na Avaliação de Capacidade Física;
- d) Deter Carteira Nacional de Habilitação “AB” com validade vigente.

6.6.5 O Curso será realizado em tempo integral, em dois turnos diários, podendo incluir sábados, domingos e feriados e, ainda, horários noturnos.

6.6.6 A matrícula no Curso será feita exclusivamente via internet, no endereço eletrônico do Concurso (www.ntcs.com.br).

6.6.7 As informações prestadas na Ficha Eletrônica de Matrícula no Curso são de inteira responsabilidade do candidato, dispondo o NTCS do direito de excluir do Concurso aquele que a preencher com dados incorretos, incompletos, bem como os constatados, posteriormente, como inverídicos.

6.6.8 Expirado o prazo de matrícula, os candidatos convocados que não efetivarem suas matrículas serão considerados desistentes e eliminados do Concurso, ocasião em que serão chamados os candidatos subsequentes.

6.6.9 Após o início do curso, nenhuma nova matrícula será admitida, sob qualquer pretexto, exceto em face de eventuais desistências visando completar o quantitativo do quadro de 21 (vinte e um) profissionais e, quando por ocasião da Convocação, o candidato puder alcançar 70% da carga horária. Neste caso, os exames executados no curso deverão ser realizados pelo Candidato.

6.6.10 O candidato convocado para matrícula no curso deverá preencher a Ficha Eletrônica de Matrícula, imprimir e entregá-la no local indicado em data a ser divulgada no instrumento convocatório específico.

6.6.11 No caso de o candidato ser servidor ocupante de cargo efetivo ou de emprego público, deverá anexar à Ficha Eletrônica de Matrícula:

- a) declaração que comprove esta condição, emitida pelo dirigente de pessoal do órgão/entidade de lotação, liberando-o para participar do Curso de Formação Profissional em tempo integral;
- b) formalização de termo de opção quanto à percepção pecuniária da remuneração do cargo/emprego ou da bolsa de custeio que será concedida pela Administração Municipal.

6.6.12 O candidato que deixar de efetuar a matrícula, não entregar a ficha eletrônica de matrícula no prazo estabelecido, não comparecer ao Curso de Formação Profissional desde o início, dele se afastar ou não satisfizer os demais requisitos legais e regulamentares será desligado do curso e, conseqüentemente, eliminado do Concurso.

6.6.13 Os candidatos sem frequência mínima no Curso de Formação Profissional serão dele desligado e eliminados do Concurso.

6.6.14 As despesas decorrentes da participação em todas as fases e procedimentos do Concurso, inclusive no Curso de Formação Profissional, correrão por conta dos candidatos, os quais não terão direito a alojamento, alimentação, transporte ou ressarcimento de despesas, fazendo jus para tais fins, durante o período do curso de formação, a uma ajuda de custo no valor de 01 (um) salário mínimo vigente.

6.6.15 Será considerado reprovado no curso de formação profissional, e conseqüentemente eliminado do concurso, o candidato que não obtiver no mínimo 60% (sessenta por cento) de aproveitamento nas avaliações aplicadas em cada Fase durante o curso de formação profissional ou que não obtiver frequência integral no Curso, salvo faltas devidamente justificadas e abonadas pela comissão organizadora do concurso público.

7. DA CLASSIFICAÇÃO FINAL

- 7.1. Os candidatos serão classificados por ordem decrescente da Nota Final, em lista de classificação por opção de cargo.
- 7.2. Serão considerados aprovados dentro do número de vagas e classificados para Formação de Cadastro de Reserva neste Concurso os candidatos que, cumulativamente:
- a) obtiverem pontuação igual ou superior a 45% do total de pontos da Prova Objetiva e não houver obtido pontuação 0 (zero) em qualquer uma das disciplinas, conforme subitem 6.1.23;
 - b) forem considerados APTOS na Prova de Aptidão Física – 2ª Fase;
 - c) forem considerados APTOS na Avaliação Psicológica – 3ª Fase;
 - d) forem considerados APTOS na Avaliação de Saúde – 4ª Fase;
 - e) forem considerados APTOS na Investigação Social e Funcional – 5ª Fase; e
 - f) forem aprovados no Curso de Formação Profissional – 2ª Etapa.
- 7.3. Serão elaboradas duas listas de classificação: uma geral, com o resultado final da 1ª Etapa do concurso público e outra com o resultado final após o Curso de Formação Profissional (2ª Etapa).
- 7.4. Os desempates da 1ª Etapa (prova objetiva - 1ª Fase) serão realizados a partir dos seguintes critérios, de forma sucessiva:
- a) maior pontuação na disciplina de legislação;
 - b) maior pontuação na disciplina de Língua Portuguesa;
 - c) maior pontuação na disciplina de Raciocínio Lógico;
 - d) maior pontuação na disciplina de atividades e conhecimentos gerais;
 - e) maior idade, considerando-se dia, mês e hora;
 - f) após aplicação de todos os critérios, se o empate ainda persistir, o sorteio será realizado em ato público, a ser divulgado por Edital.
- 7.5. Caso, após a aplicação dos critérios de desempate previstos nos subitens 7.3, ainda persista o empate, terá preferência o candidato que tenha sido, comprovadamente, jurado, nos termos do disposto no Art. 440 do Código de Processo Penal – Decreto-Lei nº 3.689/1941, introduzido pela Lei nº 11.689/2008. Este direito decorre do exercício da função de Jurado a partir da vigência do dispositivo legal supracitado.
- 7.5.1 O candidato que tenha exercido a função de Jurado será oportunamente convocado por meio de Edital próprio, se necessário, para apresentar prova documental de que exerceu essa função, sendo original a Certidão expedida e lavrada pelo Juiz da Comarca onde atuou.
- 7.6. Serão considerados eliminados, para todos os efeitos, os demais candidatos que não atenderem aos requisitos fixados no subitem 7.2, deste Edital.
- 7.7. Em hipótese alguma haverá classificação de candidatos considerados Eliminados neste Concurso.
- 7.8. Na lista de classificação do resultado geral da 2ª Etapa, somar-se-á a pontuação do resultado da prova objetiva da primeira fase da 1ª Etapa mais a pontuação do resultado final da 2ª Etapa do concurso público dos candidatos aprovados no Curso de Formação Profissional (2ª Etapa), e far-se-á a média aritmética entre elas. O resultado será divulgado como Resultado Definitivo Final do Concurso Público, alterando a classificação geral.
- 7.9. O extrato do resultado definitivo final será publicado no Diário Oficial do Município, e o seu inteiro teor será publicado no endereço eletrônico da Organizadora (www.ntcs.com.br).
- 7.10. A homologação final apresentará a relação dos candidatos aprovados no concurso público conforme regras estabelecidas neste Edital, por ordem classificatória.

8. DOS RECURSOS

8.1. Será admitido recurso administrativo contestando:

- a) O indeferimento do pedido de inscrição;
- b) O gabarito oficial preliminar da prova objetiva;
- c) O resultado da Prova Objetiva (1º fase);
- d) O resultado da Prova de Aptidão Física (2ª fase);
- e) O resultado da Avaliação Psicológica (3ª fase);
- f) O resultado da Inspeção de Saúde (4ª fase);
- g) O resultado da Investigação Social e Funcional (5ª fase);
- h) O resultado do Curso de Formação Profissional (2ª Etapa);
- i) E de todo ato emitido pela Comissão.

8.2. Os recursos deverão ser interpostos no prazo de até 02 (dois) dias úteis, contados a partir da publicação no endereço eletrônico do fato que gerou o recurso.

8.3. Admitir-se-á um único recurso, por candidato, para cada evento.

8.4. Todos os recursos deverão ser dirigidos ao Presidente da Comissão de Concurso Público, em formulário eletrônico, via site do NTCS.

8.5. Somente serão apreciados os recursos interpostos dentro do prazo.

8.6. Não serão aceitos os recursos interpostos por outro meio que não seja o especificado neste Edital.

8.7. Também não será aceito o recurso interposto sem fundamentação ou bibliografia pertinente às alegativas realizada.

8.8. A banca examinadora determinada pelo NTCS constitui última instância para recurso, sendo soberana em suas decisões, razão pela qual não caberão recursos adicionais.

8.9. Os pontos relativos às questões da prova objetiva de múltipla escolha que eventualmente venham a ser anuladas serão atribuídos a todos os candidatos que tiverem sua prova corrigida.

8.10. A decisão relativa ao julgamento do recurso, quando do interesse de mais de um candidato, será dada a conhecer coletivamente.

8.11. Em hipótese alguma será aceita revisão de recurso, recurso de recurso ou recurso de gabarito final definitivo.

8.12. A interposição dos recursos não obsta o regular andamento do cronograma do Concurso Público.

9. DA POSSE DOS CANDIDATOS HABILITADOS

9.1. A Posse será condicionada a:

- a) Ser brasileiro nato, naturalizado ou estrangeiro na forma da lei;
- b) Os Candidatos que tenham participado do Concurso Público com no mínimo 16 (dezesesseis) anos de idade, só poderão ser empossados nos respectivos cargos após completarem 18 (dezoito) anos, condicionado, na data da posse, possuir a idade constitucional de 18 (dezoito) anos para ser empossado;
- c) Estar em dia com as obrigações para com o serviço militar, exceto para os Candidatos do sexo feminino e com a Justiça Eleitoral, para todos os Candidatos;
- d) Ter escolaridade exigida para o exercício do cargo mediante diploma de Instituição de Ensino reconhecida pelo MEC;
- e) Apresentação do documento original e respectiva cópia ou cópia autenticada de Carteira de Identidade, CPF/MF, Carteira Nacional de Habilitação “AB”,

- PIS/PASEP, Carteira Profissional, Certidão de Nascimento ou Casamento, e duas fotografias tipo 3x4, colorida e recente;
- f) Exame de sanidade física e mental, que comprovará a aptidão necessária para o exercício do cargo;
- g) Declaração de não ter sofrido, no exercício da função pública, penalidade incompatível com a investidura em cargo público, prevista no Artigo 137, parágrafo único, da Lei nº 8.112/90 com suas respectivas alterações.
- h) Declaração de acúmulo de cargo, nos termos da Constituição Federal Brasileira.
- i) Certidão de inexistência Débitos Municipais.

9.2. O Candidato, por ocasião da posse, deverá comprovar todos os requisitos exigidos.

9.3. Não tomará posse do Concurso Público para o Cargo de Guarda Civil Municipal de Fronteira de Bonfim o Candidato que tiver outro vínculo empregatício ou contratual, por ser inconstitucional, devendo, o mesmo apresentar a opção, no prazo de dez dias, a contar da Notificação recebida, sob pena de eliminação sumária do Concurso Público.

9.4. A não apresentação dos comprovantes exigidos tornará sem efeito a aprovação obtida pelo Candidato, anulando-se todos os atos ou efeitos decorrentes da inscrição no Concurso Público, cabendo recursos nos termos deste Edital.

10. DO PROVIMENTO E LOTAÇÃO

10.1. Após o Ato de convocação, o Candidato classificado e convocado por meio do Diário Oficial dos Municípios e do Jornal de Grande Circulação terá um prazo de 10 (dez) dias úteis para apresentação pessoal e dos documentos e efetivação dos procedimentos para sua posse, podendo ser prorrogado por igual período.

10.2. A Convocação obedecerá à ordem rigorosa de classificação Do Resultado Definitivo Final e o Candidato deverá apresentar-se pessoalmente ou por procuração no Setor de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Bonfim/RR.

11. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1. As convocações para prestação das provas e resultados serão publicadas no endereço eletrônico www.ntcs.com.br.

11.1.1. É de responsabilidade do candidato acompanhar estas publicações.

11.2. A Prefeitura Municipal de Bonfim/RR e o NTCS se eximem das despesas com viagens, estadias, transporte ou outros custos pessoais do candidato em quaisquer das fases do Concurso Público.

11.3. Todos os cálculos de notas descritos neste Edital serão realizados com duas casas decimais, arredondando-se para cima sempre que a terceira casa decimal for maior ou igual a cinco.

11.4. Não será fornecido ao candidato qualquer documento comprobatório de classificação no Concurso Público, valendo para esse fim, a homologação publicada no site do NTCS, www.ntcs.com.br.

11.5. A inexistência das afirmativas e/ou irregularidades dos documentos apresentados, mesmo que verificadas a qualquer tempo, em especial na ocasião da admissão, acarretarão a nulidade da inscrição e desclassificação do candidato, com todas as suas decorrências, sem prejuízo de medidas de ordem administrativa, civil e criminal, cabendo recursos nos termos deste Edital.

11.6. Os itens deste Edital poderão sofrer eventuais alterações, atualizações ou acréscimos enquanto não consumada a providência ou evento que lhe disser respeito, até a data da convocação dos candidatos para a prova correspondente, circunstância que será mencionada em Edital ou aviso a ser publicado no Diário Oficial do Município e em outros meios julgados necessários pela Administração.

11.7. O candidato se obriga a manter atualizado o endereço perante o NTCS, até a data de publicação da homologação do resultado final do Concurso Público e, após esta data, junto ao Setor de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Bonfim/RR, devendo constar no envelope de encaminhamento a frase - "Atualização de endereço para o Concurso Público da Guarda Civil - Prefeitura Municipal de Bonfim/RR".

11.8. O candidato que, à época da posse, não comprovar que preenche os requisitos indispensáveis para o exercício legal do cargo para o qual foi aprovado será considerado eliminado sumariamente.

11.9. A classificação do candidato será consagrada pelo Termo de Homologação do Resultado Final do Concurso Público, ficando condicionado o provimento até a vigência do Concurso Público.

11.10 O NTCS e a Prefeitura Municipal de Bonfim/RR não se responsabilizam por eventuais prejuízos ao candidato decorrentes de:

a) Endereço não atualizado.

b) necessidade de mudança de datas e calendários previstos ou reaplicação de algum evento.

11.11. A Prefeitura Municipal de Bonfim/RR e o NTCS não se responsabilizam por quaisquer cursos, textos, apostilas e outras publicações referentes a este Concurso Público.

11.12. Considerar-se-á, para efeito de aplicação e correção das provas, a legislação vigente até a data de publicação deste Edital.

11.13. Os casos omissos serão resolvidos conjuntamente entre a Comissão Especial do Concurso Público e o NTCS, no que se refere à realização deste Concurso Público.

11.14. Caberá à Prefeitura Municipal de Bonfim/RR a homologação do resultado final do Concurso Público.

11.15. Os candidatos poderão interpor impugnação sobre qualquer norma editalícia, no prazo de até 03 (três) dias úteis após o lançamento do Edital. Todas as impugnações deverão ser protocoladas a Comissão Especial do Concurso Público, aos cuidados do Presidente da Comissão Especial do Concurso Público, pessoalmente, ou mediante procuração, no expediente da Prefeitura Municipal de Bonfim/RR, localizada no endereço Av: Rodrigo José da Silva, nº 37- Centro, Bonfim, Roraima, de segunda a sexta-feira, das 8h às 13h.

11.16. A homologação do resultado final do Certame será publicada no Diário Oficial do Município.

11.17. O Foro da Comarca de Bonfim/RR é competente para decidir quaisquer ações judiciais interpostas com respeito ao presente Edital e respectivo Concurso Público.

Bonfim/RR, 9 de setembro de 2019.

JONER CHAGAS

Prefeito Municipal de Bonfim/RR

XXX

Presidente da Comissão Especial do Concurso



ANEXO I
CARGOS, HABILITAÇÃO, VENCIMENTOS,
JORNADA DE TRABALHO, NÚMERO DE VAGAS E CADASTRO RESERVA, TAXA DE INSCRIÇÃO CARGO: GUARDA CIVIL CLASSE/NÍVEL INICIAL

PRÉ-REQUISITO	REMUNERAÇÃO BRUTA ATUAL (inclusas gratificações)	CARGA HORÁRIA MENSAL	VAGAS	VAGAS AMPLA CONCORRÊNCIA	VAGAS RESERVADAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA	CADASTRO DE RESERVA (OBSERVADA A CONVENIÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO)	TOTAL (VAGAS + CR)	TAXA DE INSCRIÇÃO
ENSINO MÉDIO COMPLETO – GRUPO MASCULINO	R\$ 1.456,00	180h	17	16	01	40	58	R\$ 130,00
ENSINO MÉDIO COMPLETO – GRUPO FEMININO		180h	04	04	-	08	11	

ANEXO II

ATRIBUIÇÕES DO CARGO

São atribuições do cargo, dentre outras que estejam previstas em legislação federal ou municipal aplicável:

- I - zelar pelos bens, equipamentos e prédios públicos do Município;
- II - prevenir e inibir, pela presença e vigilância, bem como coibir, infrações penais ou administrativas e atos infracionais que atentem contra os bens, serviços e instalações municipais;
- III - atuar, preventiva e permanentemente, no território do Município, para a proteção sistêmica da população que utiliza os bens, serviços e instalações municipais;
- IV - colaborar, de forma integrada com os órgãos de segurança pública, em ações conjuntas que contribuam com a paz social;
- V - colaborar com a pacificação de conflitos que seus integrantes presenciarem, atentando para o respeito aos direitos fundamentais das pessoas;
- VI - exercer as competências de trânsito que lhes forem conferidas, nas vias e logradouros municipais, nos termos da Lei no 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), ou de forma concorrente, mediante convênio celebrado com órgão de trânsito estadual ou municipal;
- VII - proteger o patrimônio ecológico, histórico, cultural, arquitetônico e ambiental do Município, inclusive adotando medidas educativas e preventivas;
- VIII - cooperar com os demais órgãos de defesa civil em suas atividades;
- IX - interagir com a sociedade civil para discussão de soluções de problemas e projetos locais voltados à melhoria das condições de segurança das comunidades;
- X - estabelecer parcerias com os órgãos estaduais e da União, ou de Municípios vizinhos, por meio da celebração de convênios ou consórcios, com vistas ao desenvolvimento de ações preventivas integradas;
- XI - articular-se com os órgãos municipais de políticas sociais, visando à adoção de ações interdisciplinares de segurança no Município;
- XII - integrar-se com os demais órgãos de poder de polícia administrativa, visando a contribuir para a normatização e a fiscalização das posturas e ordenamento urbano municipal;
- XIII - garantir o atendimento de ocorrências emergenciais, ou prestá-lo direta e imediatamente quando deparar-se com elas;
- XIV - encaminhar ao delegado de polícia, diante de flagrante delito, o autor da infração, preservando o local do crime, quando possível e sempre que necessário;
- XV - contribuir no estudo de impacto na segurança local, conforme plano diretor municipal, por ocasião da construção de empreendimentos de grande porte;
- XVI - desenvolver ações de prevenção primária à violência, isoladamente ou em conjunto com os demais órgãos da própria municipalidade, de outros Municípios ou das esferas estadual e federal;
- XVII - auxiliar na segurança de grandes eventos e na proteção de autoridades e dignatários; e
- XVIII - atuar mediante ações preventivas na segurança escolar, zelando pelo entorno e participando de ações educativas com o corpo discente e docente das unidades de ensino municipal, de forma a colaborar com a implantação da cultura de paz na comunidade local.

No exercício de suas competências, a guarda municipal poderá colaborar ou atuar conjuntamente com órgãos de segurança pública da União, dos Estados e do Distrito Federal ou de congêneres de Municípios vizinhos e, nas hipóteses previstas nos incisos XIII e XIV deste artigo, diante do comparecimento de órgão descrito nos incisos do caput do art. 144 da Constituição Federal, deverá a guarda municipal prestar todo o apoio à continuidade do atendimento.

O Guarda Civil de Bonfim está sujeito a regime especial de trabalho e atua na condição de Agente Multidisciplinar de Segurança Pública Municipal, com circunscrição em todo território do Município de Bonfim/RR, e com autoridade institucional, para exercer o poder de polícia e fiscalização, no âmbito municipal, constituindo função de relevante interesse público, de caráter essencial. A área de atuação e a competência do guarda civil serão ampliadas conforme os termos de convênio ou consórcio metropolitano com outros municípios limítrofes, ou outras parcerias e acordos.

O Regime Especial de Trabalho imposto ao Guarda Civil de Bonfim sujeita-o a prestar serviço em condições especiais, exigindo vigor físico e condições de saúde compatíveis com a função e caracteriza-se:

I - Pela obrigação de prestação de serviços em condições precárias de segurança, com risco à própria vida;

II - Pela obrigação de utilização de equipamentos, armamentos, equipamentos não letais e materiais, quando disponibilizados pelo poder público e adequados para a prestação de seus serviços;

III - Pelo cumprimento de horário irregular, sujeito a plantões noturnos e a chamadas a qualquer hora;

IV - Pelo cumprimento de escalas extras de serviço;

V - Pela prestação de serviços em exposição ao sol, intempéries, jornadas em pé e expostos a variações climáticas;

VI - Pela prestação de serviços em finais de semana e feriados;

VII - Pela obrigação de enfrentamento da criminalidade e na atuação em apoio à Defesa Civil em emergências, desastres e catástrofes;

VIII - Pela obrigação de defesa e segurança do patrimônio público;

IX - Pela obrigação de manter excelente apresentação pessoal, postura e compostura adequadas ao cargo que ocupa, bem como pela obrigação da utilização correta de uniformes e vestimentas;

X - Pelo cumprimento de ordens, pela obediência hierárquica, respeito aos superiores, aos usuários dos serviços públicos e subordinação à Secretaria Municipal de Segurança Pública; e

XI - Pela dedicação exclusiva, com proibição do exercício de qualquer atividade particular ou privada remunerada, na condição de emprego, exceto as relativas ao ensino na área de atuação, no interesse da instituição, bem como a participação como acionista ou cotista e aquelas constitucionalmente estabelecidas.

O Guarda Civil está sujeito a ser empregado pela defesa civil do município de Bonfim, Estado ou União, na condição de cedido ou em situações anormais, na ocorrência de catástrofes, emergências e desastres, e poderá ser acionado a qualquer tempo, inclusive em prejuízo de folgas, no interesse da defesa social do município, podendo, ainda, vir a ser acionado e cedido para atuação no sistema de segurança pública e defesa social dos Estados, Municípios ou da União.

ANEXO III

MODELO DE REQUERIMENTO PARA SOLICITAÇÃO DE TRATAMENTO ESPECIAL PARA REALIZAÇÃO DAS PROVAS À COMISSÃO ESPECIAL DE CONCURSO PÚBLICO.

O(A) candidato(a)

_____, CPF n.º _____, candidato(a) ao Concurso Público para preenchimento de vagas no cargo _____, regido pelo Edital n.º 001/2019 do Concurso Público para o quadro de pessoal da Guarda Civil da Prefeitura Municipal de Bonfim/RR, vem solicitar tratamento especial para realização das provas conforme segue:

()

Ao assinar este requerimento, o(a) candidato(a) declara sua expressa concordância em relação ao enquadramento de sua situação de tratamento especial, sujeitando-se à perda dos direitos requeridos em caso de não-homologação de sua situação, por ocasião da realização em caráter especial.

Local e data Assinatura do candidato

ANEXO IV

DO CRONOGRAMA PREVISTO

CRONOGRAMA PREVISTO - CONCURSO PARA GUARDA CIVIL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BONFIM-RR

	Data
Publicação do Edital de Abertura	12/09/2019
Período das inscrições e Período de Inscrições exclusivo aos candidatos com deficiência	17/09 a 18/10/2019
Reimpressão do Boleto (último dia para pagamento) e último dia de pagamento da taxa de inscrição dos candidatos com deficiência	19/10/2019
Divulgação preliminar de inscritos (Geral+Atendimento Especial) E Divulgação preliminar dos candidatos com deficiência (<i>sub judice</i>)	24/10/2019
Prazo para interposição de recursos sobre a divulgação preliminar de inscritos (Geral+Atendimento Especial) E Prazo para interposição de recursos sobre a divulgação preliminar dos candidatos com deficiência	25 e 26/10/2019
Divulgação definitiva de inscritos E Divulgação definitiva dos candidatos com deficiência (<i>sub judice</i>)	28/10/2019
Divulgação dos locais de prova	31/10/2019
Realização das Provas Objetivas	17/11/2019
Divulgação dos gabaritos preliminares das provas objetivas	18/11/2019
Prazo para interposição de recursos acerca da divulgação preliminar dos gabaritos das provas objetivas	19 e 20/11/2019
Decisão dos recursos sobre os gabaritos preliminares das provas objetivas/Gabarito definitivo	21/11/2019
Resultado preliminar das provas objetivas	22/11/2019
Prazo para interposição de recursos sobre o resultado preliminar das provas objetivas e critérios de desempate	25/11/2019
Resultado definitivo das Provas Objetivas e Convocação para Prova de Aptidão Física	27/11/2019
Realização da Prova de Aptidão Física	05 e 06/12/2019
Resultado Preliminar da Prova de Aptidão Física	09/12/2019
Prazo para interposição de recursos sobre o resultado preliminar da Prova de Aptidão Física	10 e 11/12/2019
Resultado Definitivo da Prova de Aptidão Física	12/12/2019
Edital de Convocação para Avaliação Psicológica	16/12/2019
Realização da Avaliação Psicológica	20/12/2019
Resultado Preliminar da Avaliação Psicológica	23/12/2019
Prazo para interposição de recursos sobre o resultado preliminar da Avaliação Psicológica	24 e 26/12/2019
Resultado Definitivo da Avaliação Psicológica	27/12/2019
Edital de Convocação para Avaliação de Saúde	30/12/2019

Edital de Convocação para preenchimento de Ficha de Informações Confidenciais, inerente à Investigação Social e Funcional	30/12/2019
Entrega da Ficha de Informações Confidenciais, inerente à Investigação Social e Funcional	06/01/2020
Realização da Avaliação de Saúde	10/01/2020
Resultado Preliminar da Avaliação de Saúde	14/01/2020
Prazo para interposição de recursos sobre o resultado preliminar da Avaliação de Saúde	15 e 16/01/2020
Resultado Definitivo da Avaliação de Saúde	17/01/2020
Resultado Preliminar da Investigação Social e Funcional	20/01/2020
Prazo para interposição de recursos sobre o resultado preliminar da Investigação Social e Funcional	21 e 22/01/2020
Resultado Definitivo da Investigação Social e Funcional	22/01/2020
Edital de Convocação para o Matrícula no Curso de Formação Profissional	24/01/2020
Realização da Matrícula do Curso de Formação Profissional	27 a 28/01/2020
Período do Curso de Formação Profissional	03/02 a 30/04/2020
Resultado Definitivo do Curso de Formação Profissional	04/05/2020
Resultado Definitivo do Concurso Público (média da pontuação da 1ª fase da 1ª Etapa mais a pontuação da 2ª Etapa)	08/05/2020
Homologação do Concurso Público	08/05/2020

Anexo V CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Língua Portuguesa: 1. Intelecção Textual; 2. Fonética: adequações ortográficas, acentuação gráfica, crase; 3. Morfologia: elementos morfológicos: radical, tema, vogal, temática, consoante de ligação, afixo e desinência, (nominal ou verbal); 4. Processo de formação de palavras: derivação e composição; 5. Sintaxe: análise sintática da oração, análise sintática do período, sintaxe de concordância, de regência e de colocação; 6. Semântica: significação das palavras, denotação e conotação; 7. Estilística: figuras de construção, de pensamento e de palavras; 8. Pontuação; 9. Elementos da Comunicação; 10. Funções da Linguagem; 11. Paralelismo nas construções; 12. Coesão e Coerência textual; 13. Informações Implícitas: Pressupostos e Subentendidos; 14. Novas Regras da Ortografia.

Raciocínio Lógico: 1. Conceitos básicos de raciocínio lógico: proposições; valores lógicos das proposições; sentenças abertas; número de linhas da tabela verdade; conectivos; proposições simples; proposições compostas. 2. Operação com conjuntos. 3. Cálculos com porcentagens e probabilidades.

Informática: 1. Noções de informática: Tipos e Funções dos Componentes do computador; 2. Hardware – Componentes básicos do computador; 3. Softwares – Tipos de softwares; 4. Definições e características de arquivos e pastas; 5. Sistemas de arquivos; 6. Sistema Operacional Microsoft Windows 10 – Características básicas dos sistemas Windows; 8. Principais componentes do Windows; 9. Componentes e operações com janelas; 10. Principais programas do Windows: Pacote Office 365 (Word e Excel); 11. Internet – conceitos e recursos de internet; características e funções dos principais navegadores (Internet Explorer, Firefox e Google Chrome); 12. Característica e funcionamento do correio eletrônico; cliente de e-mail; 13. Segurança – Antivírus; Tipos de Vírus; Firewall.

Atualidades e Conhecimentos Gerais: 1. Assuntos de extrema relevância sobre política e economia mundial, brasileira e estadual; 3. História e cultura brasileira: formação social do Brasil, fatos relevantes da história brasileira (descobrimento, independência, proclamação da República, velha e nova República, governo militar e redemocratização), história e fatos de movimentos culturais e artísticos, artistas famosos, pintores, poetas, escritores e ações religiosas; 4. Assuntos de extrema relevância sobre esportes e educação no Brasil e no Estado; 5. Aspectos geográficos do Brasil: regiões, estados, capitais. 6. História do município: fundação, contextualização histórica, Poderes Executivo e Legislativo, símbolos municipais (brasão, hino, bandeira e gentílico). 7. Dados municipais: educação, geografia, população, aspectos econômicos e culturais

Legislação: 1. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e alterações; 2. Estatuto Geral dos Guardas Municipais (Lei nº 13.022 de 8 agosto de 2014). 3. Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Bonfim (Lei Municipal nº 50/2003 de 17 de junho de 2003) e suas alterações; 4. Lei Municipal nº 290/2018, de 2 de maio de 2018, que trata do Plano de Cargos, Carreira e Remunerações dos Servidores Públicos Efetivos do Quadro Geral de Pessoal da Prefeitura Municipal de Bonfim. (PCCR); 5. Lei Municipal nº 242/2016, que dispõe sobre a criação da Guarda Civil de Bonfim; 6. Lei de Criação da Secretaria Municipal de Segurança Pública, Trânsito e Defesa Civil (Lei nº 287/2018 de 9 de março de 2018) 7. Lei Orgânica do Município de Bonfim/RR; 8. Sistema

Único de Segurança Pública – SUSP, O direito de representação e o processo de responsabilidade administrativa, civil e penal, nos casos de Abuso de Autoridade (Lei nº 4.898/65). Código Brasileiro de Trânsito, Funções governamentais (Executivo, Legislativo, Judiciário). Sistema de justiça criminal: funções e atores da justiça criminal (Policiais, Ministério Público, Defensoria, Magistratura e Sistema Prisional). Perturbação do Sossego. Prisão em Flagrante Delito.

**ANEXO VI – PARTE A
FORMULÁRIO DE RECURSOS**

Nº. Inscrição do Candidato:

Endereço: _____

Telefone para contato: _____

Cargo a que concorre/grupo:

Local/Escola onde fez a Prova:

Sala em que fez a Prova:

NOME POR EXTENSO (Legível)

--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

Assinatura:

**ANEXO VI - PARTE B
FORMULÁRIO DE RECURSOS**

Nº. Inscrição do Candidato:

Cargo a que concorre:

TIPO DE RECURSO
(Assinale o Tipo de Recurso)

CONTRA O EDITAL

Número do Item:

CONTRA O GABARITO PRELIMINAR DA PROVA OBJETIVA:

Número da questão:

Gabarito:

Resposta do Candidato:

CONTRA O RESULTADO PRELIMINAR DA FASE

JUSTIFICATIVA DO CANDIDATO:

Bonfim/RR, em _____ de _____ de 2019.